

A tradição oral da/na comunidade quilombola Vila União/Campina de Salvaterra-Pará: a educação pela militância em uma perspectiva decolonial

Mota Neto, João Colares da ¹

Barbosa, Shirley Cristina Amador ²

RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar como a prática da tradição oral de matriz africana se constitui em uma pedagogia decolonial no contexto da comunidade quilombola Vila União/Campina, no município de Salvaterra, Arquipélago do Marajó, no estado do Pará. Investiga, particularmente, a chamada educação pela militância, que articula a luta pelo território com a luta pelo reconhecimento identitário dos sujeitos da comunidade citada. Metodologicamente, resulta de uma dissertação de mestrado, na qual se realizou uma etnografia decolonial aliada à história oral, cujos dados foram produzidos por meio de observação participante, entrevistas semiestruturadas e conversas com moradores/as da comunidade. Resultados apontam para o entendimento de que há um processo amplo de educação desencadeado pela tradição oral, e que na comunidade Vila União/Campina a educação pela militância ocorre no dia a dia, liderada pelas mulheres, na qual a luta política por um quilombo efetivamente livre demanda o reconhecimento de processos educacionais inclusivos, interculturais e de afirmação étnicorracial.

Palavras-chave: tradição oral; educação; populações quilombolas; decolonialidade.

The oral tradition off/in the *quilombola* community Vila União/Campina de Salvaterra-Pará: education through militancy in a decolonial perspective

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze how the practice of oral tradition of African origin constitutes a decolonial pedagogy in the context of the quilombola community Vila União/Campina, in the municipality of Salvaterra, Archipelago of Marajó, in the state of Pará. It particularly investigates the so-called militancy education, which articulates the struggle for territory with the struggle for identity

¹ Universidade do Estado do Pará. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. Email: joacolares@uepa.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6415743127554581>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3346-1885>.

² Universidade do Estado do Pará. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. Email: shirleyamador@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1703211751674847>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0957-8768>.

recognition of the subjects of the aforementioned community. Methodologically, it is a decolonial ethnography allied to oral history, whose data were produced through participant observation, semi-structured interviews and conversations with residents of the community. Results point to the understanding that there is a broad process of education triggered by oral tradition, and that in the Vila União/Campina community, education through militancy occurs on a daily basis, led by women, in which the political struggle for an effectively free quilombo it demands the recognition of inclusive, intercultural and ethnic-racial affirmation educational processes.

Keywords: oral tradition; education; quilombola's populations; decoloniality.

La tradición oral de/en la comunidad quilombola Vila União/Campina de Salvaterra-Pará: educación a través de la militancia en una perspectiva decolonial

RESUMEN

El objetivo de este estudio es analizar cómo la práctica de la tradición oral de origen africano constituye una pedagogía decolonial en el contexto de la comunidad quilombola Vila União/Campina, en el municipio de Salvaterra, Archipiélago de Marajó, en el estado de Pará. Particularmente indaga la llamada educación de la militancia, que articula la lucha por el territorio con la lucha por el reconocimiento identitario de los sujetos de la referida comunidad. Metodológicamente, se trata de una etnografía decolonial aliada a la historia oral, cuyos datos fueron producidos a través de la observación participante, entrevistas semiestructuradas y conversaciones con residentes de la comunidad. Los resultados apuntan a la comprensión de que hay un amplio proceso de educación desencadenado por la tradición oral, y que en la comunidad de Vila União/Campina, la educación a través de la militancia ocurre cotidianamente, liderada por mujeres, en la que la lucha política por una vida efectivamente libre en el quilombo exige el reconocimiento de procesos educativos inclusivos, interculturales y de afirmación étnico-racial.

Palabras clave: tradición oral; educación; poblaciones quilombolas; decolonialidad.

DIÁLOGO INTRODUTÓRIO



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | e259035 [2023]

**Dossiê *Práxis decoloniais como expressões
de resistência, luta e transformação***

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259035>

Partimos do pressuposto de que a tradição oral é uma prática educativa ressignificada e reinventada no cotidiano, no falar, no agir, no viver, no aprender, no desaprender e reaprender, na resistência dos povos e das comunidades tradicionais, como os quilombolas. Estes tomam a oralidade como forma de ensino-aprendizagem que engendra significados e orientações para a vida. Seus conhecimentos são transmitidos, compartilhados pelos povos e grupos étnicorraciais com os quais preservam a sua identidade, a sua história, as suas tradições e as suas práticas educativas que se diferem do ensino e da educação tradicional ocidental.

Nas sociedades africanas, os mais velhos são os sábios, os incumbidos de repassar a memória dos ancestrais. Nas comunidades quilombolas brasileiras e amazônicas acontece de maneira parecida, pois os mais velhos são os responsáveis por repassar essa sabedoria para que a tradição tenha continuidade. Isso tudo fortalece a resistência e resiliência dos sujeitos históricos que habitam esses territórios de negritude.

Assim, diante da tradição e da memória de luta e resistência da população negra, especificamente dos quilombolas contra a matriz colonial de poder e contra as mais distintas formas de opressão e retirada de direitos, percebe-se o legado afro-brasileiro sendo repassado de geração em geração. Nota-se, ainda, a luta contínua mobilizada por negros no dia a dia contra o racismo e as mazelas da colonialidade em todas as esferas sociais.

Mediante a isso, destacamos o conceito de decolonialidade proposto por Mignolo (2017), entendido como uma energia de descontentamento que surge do movimento de resistência dos povos que sofreram a violência colonial. Um exemplo dessa energia de descontentamento se materializa na resistência dos negros africanos escravizados no Brasil e nas mais diversas regiões do mundo, os quais foram oprimidos, subalternizados, tendo sua humanização roubada pelos opressores, mas que, mesmo sob essas condições, não se conformaram, procuraram resgatar sua humanidade.

Desse modo, as revoltas vieram das senzalas, em que os negros das mais variadas culturas africanas tramaram um projeto de transgressão às ordens escravistas. Desde então, começaram a imaginar um lugar onde pudessem viver em liberdade. A partir desse objetivo em comum, criaram os quilombos, espaços que abrigavam sujeitos subversivos, os quais, em suas práticas, buscavam transgredir a ordem colonial vigente.

Inspirados pelo pensamento decolonial, observamos que os territórios quilombolas, desde a sua formação, apresentam um projeto fundado na

resistência ao processo de colonização. Desse modo, esses grupos oprimidos, no decorrer da história, por meio de suas lutas, contestam a matriz colonizadora, buscando superar as diversas formas de opressão que se manifestam nas relações sociais e em todos os âmbitos da sociedade.

Assim, em sua gênese e nos dias atuais, os quilombos apresentam uma resistência à subalternização, uma luta histórica contra o colonialismo e a colonialidade. Luta esta que se configura em saberes e processos educativos do cotidiano. São perspectivas contra-hegemônicas que se conectam às memórias coletivas dos movimentos sociais negros de resistência, que reivindicam políticas públicas, exigindo o direito à terra, à saúde e à educação.

Nesse cenário, reconhecemos que as epistemologias eurocêntricas tomam o monopólio do saber, apontando a “ciência moderna” como única possibilidade de fazer emergir o conhecimento tido como “verdadeiro”, “válido” e “racional”. Dessa forma, outros saberes, outras epistemologias, outras pedagogias são silenciadas. Assim, compreendemos que a educação quilombola traz em seu arcabouço as especificidades de um povo, seu próprio modo de vida e estrutura-se a partir de um processo amplo de educação com base na diversidade, na oralidade, na memória coletiva, no trabalho, nos saberes ancestrais, na relação com a natureza, a terra e a família, na corporeidade, nas manifestações artísticas e religiosas, nos costumes da comunidade e na valorização da identidade étnica e racial.

A problemática ou pergunta-guia deste artigo – decorrente de uma pesquisa de mestrado em Educação – se estrutura da seguinte forma: Como a prática da tradição oral se constitui em uma pedagogia decolonial no contexto da comunidade quilombola Vila União/Campina, Salvaterra-Pará? O objetivo desse artigo, portanto, é o de analisar como a prática da tradição oral de matriz africana se constitui em uma pedagogia decolonial no contexto da comunidade quilombola Vila União/Campina, Salvaterra-Pará.

Esse trabalho busca ir além de um modelo sistemático de conhecimento. Trata-se de uma pesquisa cujo fenômeno de estudo é a tradição oral de matriz africana e os processos de educação na comunidade quilombola Vila União/Campina de Salvaterra-Pa. Assim, iremos refletir sobre a hiper valorização do conhecimento técnico-científico em detrimento de outros conhecimentos considerados subalternos. Cabe a visibilização das vozes, narrativas e memórias/conhecimentos de matriz africana ou afro-brasileira, uma vez que, ao analisarmos a história da população negra, percebemos a construção de sua identidade marcada por preconceito e discriminação, devido ao “processo civilizador” que vem reprimindo culturas e tradições quilombolas.

Nas tecituras da metodologia

Esta pesquisa é do tipo etnográfica com foco na área da Educação. Para Arias (2010), o método etnográfico enxerga as particularidades, as vivências e as experiências dos diferentes povos, dentro de uma ótica singular. Para ele, o etnográfico coloca sua subjetividade em prol da construção de uma ciência diferenciada, plural, diversa que busca compreender as diferentes culturas levando em consideração a potencialidade histórica dos narradores e das narradoras que as constroem.

Também caminhamos com a história oral, que em suas premissas valoriza os dados orais expressos a partir das percepções dos indivíduos, os quais se inscrevem em um contexto mais amplo, de animação, criação e ressignificação do campo epistemológico. Esse campo teórico-metodológico nos permitiu estudar as narrativas e as vivências, os saberes, as práticas culturais, as memórias, as histórias de vida e luta da comunidade quilombola Vila União/Campina.

A história oral recupera aspectos individuais de cada sujeito, mas ao mesmo tempo ativa uma memória coletiva, pois, à medida que cada indivíduo conta a sua história, esta se mostra envolta em um contexto sócio histórico que deve ser considerado. Portanto, apesar de a escolha do método se justificar pelo enfoque no sujeito, a análise dos relatos leva em consideração as questões sociais neles presentes (OLIVEIRA, 2005, p. 94).

Os dados da pesquisa foram coletados a partir de observações e anotações em diário de campo, conversas e entrevistas³ com moradores da comunidade quilombola Vila União/Campina. Esses moradores forneceram elementos (poemas, orações, composições de músicas, utensílios como peneiras, paneiros, pinturas em telas, artesanatos etc) para contribuir com a pesquisa. Participamos, ainda, dos convidados⁴ e mutirões, da feitura de

³ Essas entrevistas foram realizadas a partir de perguntas que se encadeavam uma à outra. Não fizemos um roteiro padronizado para todas as narradoras e todos os narradores. As perguntas foram surgindo a partir das falas das pessoas entrevistadas.

⁴ O convidado é uma nomenclatura da região de Salvaterra no Marajó. O termo refere-se a uma espécie de encontro, reunião, mutirão a fim de realizar a plantação de roças, construção de



farinha e dos momentos em que alguns narradores chegavam da caça ou da pesca. Isso contribuiu com a compreensão do fenômeno de estudo.

Os momentos de entrevistas com os moradores da Vila União/Campina ocorreram durante o mês de julho de 2019. Esses momentos foram acontecendo na comunidade, incluindo vários espaços como as escolas. As entrevistas foram realizadas em locais como residências, quintais, roças e casas de forno. As narrativas das moradoras e dos moradores foram gravadas em um aparelho de celular, que serviu também para os registros fotográficos e filmagens feitas durante a pesquisa.

Em relação aos procedimentos para a produção dos dados da pesquisa, os passos foram os seguintes: a) apresentação da pesquisa no dia 01 de julho de 2019 junto às moradoras e aos moradores; b) momentos de observações participantes na comunidade Vila União/Campina; c) momentos de visitas nas residências; d) momentos de visitas em outros locais: as hortas, o campo de futebol, a roça de mandioca e abacaxi e o igarapé; e) diálogos manifestados por meio de entrevistas semiestruturadas; f) momento das sistematizações e análises dos dados.

Vale dizer que a autora principal desta pesquisa é quilombola nascida na comunidade, onde vivem vários de seus familiares. Este laço afetivo possibilitou imersão nos espaços comunitários sem relação de desconfiança. Mais do que isso, significou o efetivo engajamento e a coloração da comunidade na pesquisa.

Os narradores e as narradoras que contribuíram diretamente para este estudo se constituiu no número de 10 (dez) pessoas; porém, neste artigo, iremos trazer a narrativa de 7 (sete) moradoras e moradores. A seguir, o perfil de cada uma e cada um:

Solange Maria Amador Cantão: 53 anos. É liderança na comunidade e participa ativamente dos movimentos sociais quilombolas. Atua na Associação de Mães e Agricultores Remanescente de Quilombos Vila União/Campina há 10 (dez) anos, sendo uma das fundadoras dessa associação.

Juvano dos Santos Reis: 56 anos. É agricultor e pescador. Na prática de pesca ele utiliza instrumentos como tarrafas e redes de pescaria, as quais ele mesmo costuma tecer.

moradias, colheitas de frutas, entre outros. Aquele que propõe o convidado, geralmente, oferece comidas (peixe assado) e bebidas regionais (tiborna – bebida feita da massa de mandioca).

George Waldo Bruno dos Santos: 59 anos. Com doze anos de idade foi considerado pai de santo, sacerdote de terreiro afro-religioso. É licenciado pela Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará.

Ana Maria Chaves Amador: 62 anos. Nascida e criada na comunidade quilombola Vila União/Campina, realiza partos, manipulação de ervas medicinais e prepara os cuidados com a água do primeiro banho das crianças.

Raimundo Hilário Moraes: 47 anos. Atua como coordenador regional da MALUNGU, Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará. Participa ativamente dos movimentos sociais, sendo quilombola da comunidade de Caldeirão, em Salvaterra.

Ivete da Conceição: 64 anos. É professora e moradora da comunidade quilombola de Paixão, em Salvaterra. Participa do movimento negro/quilombola.

Vera Lúcia dos Santos Garcia: 66 anos. É professora aposentada e foi a terceira professora da comunidade, tendo uma história de luta por melhoria da educação na comunidade.

O lócus da pesquisa situa-se no arquipélago marajoara. Esse arquipélago, localizado ao norte do Estado do Pará, integra 16 municípios e entre estes encontra-se o município de Salvaterra, que possui uma extensão territorial de 918,563 km². A seguir, o mapa da localização do município de Salvaterra e a foto da comunidade Vila União/Campina.

Mapa 1 – Localização do município de Salvaterra.



Fonte: Extraído de Campos (2019).

Foto 1 - Comunidade Vila União/Campina



Fonte: Arquivo da pesquisadora principal (2020).

Da cidade de Salvaterra para chegar à comunidade Vila União/Campina ou a qualquer outra comunidade quilombola em Salvaterra é necessário usar o transporte público, que passa três vezes ou mais durante a semana. A Vila União/Campina é uma comunidade remanescente de quilombo situada na PA-154, na zona rural do município.

A análise dos dados da pesquisa foi “[...] el momento en que toda esta información, debe ser sistematizada y debe plasmarse en escritura etnográfica, a fin de poder dar a los actores la palabra y hacer que se escuche la voz de los otros” (ARIAS, 2010, p. 396). Assim, tudo o que foi lido, visto e ouvido durante a pesquisa deu base para a construção do texto que perpassa pela discussão sobre tradição oral, educação e decolonialidade na comunidade Vila União/Campina.

A tradição oral e a decolonialidade

Para falarmos da prática da tradição oral, em particular àquela de matriz africana nos quilombos brasileiros, é necessário trazermos para a discussão alguns estudos que reportem a tradição oral nas sociedades africanas, haja vista que os quilombos brasileiros foram construídos por negros oriundos da África e seus descendentes. Segundo Hampaté Bâ (2010, p. 167):

Quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos a tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda a espécie, pacientemente transmitido de boca a ouvido, de mestre a discípulo ao longo dos séculos.

Para as sociedades africanas, a palavra possui um valor inestimável e isso está evidente em alguns ofícios que estão relacionados à tradição oral, como por exemplo: os ferreiros, os carpinteiros, os tecelões, os caçadores, os agricultores e os *griots* (contadores de história, cantores, poetas e musicistas da África). Esses são percebidos como mestres, pois realizam uma atividade em que o conhecimento é transmitido de uma geração para outra, estabelecendo um processo de educação relacionado à vivência e à tradição.

Nessa perspectiva, o ensinar e o aprender emergem do compartilhamento, da troca de saberes que são significativos para a vida dos indivíduos ou das comunidades em que o conhecimento ancestral é fundamental para a constituição da identidade do grupo. Segundo Silva, Florencio e Pederiva (2019, p. 49):

Tradições são aquilo que dão sentido à vida, que possibilitam que as pessoas enxerguem para além do imediato, conhecendo o passado assumindo uma identidade para o futuro. As tradições são processos de transmissão de saberes de geração em geração, que diz respeito à ancestralidade e a espiritualidade, fazendo sentido na constituição da comunidade, e ao mesmo tempo na constituição da pessoa, um fio identitário ancestral.

A tradição oral exerce esse papel em relação aos ensinamentos e aprendizados reproduzidos nas sociedades em que os indivíduos necessitam ser agentes de ação para manutenção da tradição das mais variadas formas de expressão cultural. É nesse sentido que, nas comunidades quilombolas, os

saberes são repassados de geração em geração construindo um legado para as gerações futuras.

Esses legados são construídos a partir das memórias coletivas que vêm desde a época colonial resistindo ao colonialismo, ao imperialismo, ao sistema capitalista e às diversas formas de opressões vigentes na sociedade. Desse modo, o enfrentamento fomenta a construção de novas práticas educativas insurgentes no contexto de comunidades quilombolas, as quais se remetem sempre às práticas e memórias ancestrais.

Nesse trabalho, entendemos como práticas decoloniais as experiências coletivas manifestadas nos movimentos de resistência e enfrentamentos organizadas pelos quilombolas. Ao nos debruçarmos sobre a história dos negros e de suas lutas históricas, iremos perceber que tais manifestações contestam a estrutura social opressora. Essas práticas se caracterizam como processos formativos que implicam em trazer à tona as potencialidades educativas que se manifestam na superação da lógica colonial/moderna e dos modos de opressão por ela produzidos.

A tradição oral dentro das comunidades quilombolas é uma maneira de educação permeada por significados que compõem sua cultura e valoriza a memória coletiva, como, por exemplo, os processos de ensino-aprendizagem, compartilhados na vida cotidiana sobre as ervas medicinais, a agricultura familiar, as técnicas do plantio das roças de mandioca, a pesca e outros.

Mota Neto (2016) nos diz que o conceito de decolonialidade foi cunhado no interior da Rede Modernidade/Colonialidade, mas tem sua essência enraizada nas lutas e resistências dos povos subalternizados. Esses povos usam de suas tradições para refutar a perspectiva hegemônica das práticas educativas que desvalorizam as culturas, as pedagogias, os saberes e as tradições das populações subalternizadas.

Assim, a partir do diálogo entre os aportes teóricos e o significado mais profundo de decolonialidade advinda dos povos historicamente marginalizados, é possível problematizar a ferida colonial provocada pela modernidade. É no contexto desta ferida colonial que encontramos os movimentos e povos quilombolas.

A concepção decolonial consiste em uma crítica à modernidade e suas estruturas de exclusão: sistema patriarcal, racista, capitalista, homofóbico. Nas palavras de Mota Neto (2016, p. 17), a decolonialidade define-se como:

[...] um questionamento radical e uma busca de superação das mais distintas formas de opressão perpetradas pela modernidade/colonialidade contra as classes e os grupos sociais subalternos, sobretudo das regiões colonizadas e neocolonizadas pelas metrópoles euro-norte-americanas, nos planos do existir humano, das relações sociais e econômicas, do pensamento e da educação.

Assim, as vozes dos grupos colonizados emergem para tensionar essa estrutura opressora, pois a decolonialidade vai se caracterizar pela subversão discursiva e prática empreendida pelos povos e populações tradicionais, dentre as quais as comunidades quilombolas que lutam pela emancipação, visibilidade e autonomia. Essas resistências e ações coletivas podem ser exemplificadas na luta pela certificação e pelo reconhecimento dos territórios quilombolas, pela valorização da diversidade cultural, pela defesa da autonomia dos seus próprios corpos e, sobretudo, pelo reconhecimento de suas histórias, saberes, cosmovisões que continuam a provocar constantes tensões no campo político e no campo do conhecimento, nos quais se reproduz um padrão de poder/saber centralizado na classificação das culturas, das racionalidades e na hierarquia dos saberes (QUIJANO, 2005).

Diante desse cenário, destacamos que nas escolas, nas universidades, no campo geral da educação ainda nos deparamos com práticas pedagógicas colonizadoras, as quais menosprezam as inteligências dos sujeitos considerados “diferentes”, os que historicamente foram marginalizados, assim como suas experiências cotidianas. Nesse debate, Dussel (2005) comenta que o eurocentrismo se constituiu como uma forma hegemônica de pensar, efetivada por meio da construção de um pensamento ocidental que nega o “outro” e impõe seus valores, seus conhecimentos e sua cultura.

Nessa lógica, a ciência hegemônica que orienta o sistema escolar toma o monopólio do saber, estipulando o que é válido e legítimo, e com isso mantém o caráter classificatório, elitista e discriminatório que considera a ciência ocidental como a única possibilidade de fazer emergir o conhecimento.

Nessa perspectiva, nos sistemas educativos prevalecem as pedagogias modernas e coloniais, marcadas pela lógica eurocêntrica que contribui para relação hierárquica e de subalternização das populações tradicionais via colonialidade, que ainda está viva e atuante em todas as esferas sociais, como no campo da educação, de modo a negar a história, a ancestralidade, os saberes, as pedagogias de comunidades tradicionais, como os quilombolas



REVISTA
territórios

Territórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | e259035 [2023]

**Dossiê Práxis decoloniais como expressões
de resistência, luta e transformação**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259035>

existentes na Amazônia.

A educação pela militância na comunidade Vila União/Campina

As memórias e as narrativas das moradoras e dos moradores das comunidades quilombolas de Salvaterra/Marajó fazem referências aos antepassados, descrevendo uma história em comum que teve início em meio às diversas lutas contra o regime de escravidão, desencadeando, nessa resistência, os quilombos - uma organização social com finalidades para além do habitar, envolvendo a luta pela liberdade em narrar suas histórias, fortalecer seus valores, fincar laços familiares antes impossíveis nos desígnios da escravatura.

Nesse íterim, podemos afirmar que essa formação social é uma união de forças em busca da plenitude de ser cidadão, de ser sujeito, a fim de possuir direitos e deveres, quebrando os elos de dominação e desumanização do período escravista. Na defesa de uma causa comum, baseada na liberdade, nasce a militância por um território em que predominam a linguagem, os símbolos, a tradição oral própria das comunidades quilombolas.

Em meio a esta militância emerge um processo educativo eminentemente decolonial, uma vez que a educação quilombola caracteriza-se fundamentalmente pela luta por liberdade, por autonomia e por reconhecimento territorial, étnicorracial e cultural.

Dessa premissa, pudemos extrair relatos significativos dos diálogos estabelecidos com militantes quilombolas, a exemplo do que destaca o Sr. Raimundo Hilário de Moraes a respeito da organização social quilombola:

A relação das comunidades quilombolas no município de Salvaterra se perpetua por muito tempo. Quando elas começaram a surgir, ou a se constituir como quilombo, elas já tinham uma relação política de organização social, os quilombos mais antigos como Salvá, Mangueiras. Essas pessoas escravizadas tinham o que a gente chama de uma organização social entre elas, então, eles tinham que ter um lugar para se esconder, para fugir da escravidão. Então essa relação pessoal deles se perpetua por uns 100, 200, 300 anos até antes da abolição da escravatura. Mas a organização mesmo se fortalece em Salvaterra em 1999, o movimento quilombola mesmo em 1999 a 2000 quando o CEDENPA que é o Centro de Estudo e Defesa do Negro no Estado do Pará, ele

vai em busca dessas comunidades quilombolas, a Maria do Socorro que é do CEDENPA a qual a tua mãe, Solange e a Ivete conhecem muito bem. Tem também a Luzia Betânia e outras (Raimundo Hilário de Moraes, 2019).

Na narrativa do Sr. Raimundo Hilário, percebemos a importância do papel das mulheres nos movimentos quilombolas, que exercem protagonismo nas mobilizações políticas e articulações em defesa do território. Ao refletir sobre este protagonismo, pensamos na luta pela abolição da escravatura em analogia ao parto, isso é, um processo cheio de dores, mas que pretende culminar na liberdade. Porém, a dor do parto ainda não passou; ela continua e essas mulheres, sensíveis a essa dor, gritam ou ecoam as vozes da ancestralidade para que essa liberdade tenha espaço para crescer, se desenvolver e expressar-se plenamente.

Destacamos, para embasar essa analogia, a resposta do Sr. Hilário a uma indagação sobre as pessoas que deram início ao movimento quilombola do município de Salvaterra:

As primeiras mulheres a encabeçar realmente foi a Luzia Bethânia, que é a Beth quilombola, uma das primeiras mulheres que chegaram, na qual nós temos um respeito muito grande. Eu chamo ela de diamante negro e com ela vieram a Socorro do Bacabal, a qual é a atual presidente lá, a Cristina que é da comunidade de Santa Luzia, a Ivete do Paixão, a Solange da Campina, e outras pessoas como o Irandir lá da Boa Vista, seu João do Siricari, seu Alair do Deus Ajude, a mãe da Elieide dona Joana, o Diquinho de Mangueiras, o Quidário do Salvá, Aurino do Bairro Alto, Maria José do Pau Furado do Caldeirão, o Francisco. O movimento realmente é encabeçado pelas mulheres, a força da mulher quilombola em Salvaterra é que dá o ápice, dá um ar de força de coragem, determinação em busca de seus direitos e valores (Raimundo Hilário de Moraes, 2019).

Nessa fala, percebemos o militar das quilombolas, o reconhecimento da força e da ousadia que elas carregam dentro de si. Elas lideram suas comunidades, organizam os grupos, pautas, debates e discussões direcionadas às relações de gênero e direitos sociais. São detentoras de muitos saberes, anônimas heroínas do dia a dia da comunidade. Por isso, são

também as principais agentes dessa educação pela militância que percebemos nas comunidades quilombolas.

A esse respeito trazemos as narrativas de algumas mulheres, moradoras da comunidade Vila União/Campina:

Aqui não havia médico para atender a comunidade, nós lutamos, fizemos abaixo assinado, nós conseguimos plantar o posto de saúde, 1.500 famílias assinaram pra gente conseguir esse posto de saúde (Ana Maria Amador, 2019).

[...] Eu já fui secretária do Conselho Municipal de Saúde de Salvaterra, tudo isso eu fui aqui na comunidade, fui presidente e vice-presidente da associação, no que eu puder ajudar, ajudo [...] (Solange Amador, 2019).

[...] eu trabalhava em um barracão grande de palha, de barro e terra batida, era uma professora pra mais de quarenta alunos. Aí o que acontecia comigo... eu trabalhava de manhã e de tarde e ganhava um vencimento só [...] Nós dissemos - já chega dessas crianças viverem que nem porco! Aí o prefeito mandou o material, eu até me assustei quando veio a caçamba da prefeitura, trouxeram pedra, areia... O material deu para fazer duas salas, são aquelas lá e essa secretaria pequena, foi quando o negócio melhorou (Vera Lúcia, professora, 2019).

Entendemos o papel das mulheres na formação das comunidades como uma ação libertadora que, por meio da reflexão e da ação (FREIRE, 1987), bem como da luta, da força e da participação promovem movimentos de libertação e de conquistas. Essas mulheres se envolvem nas lutas contra os fazendeiros, contra o agronegócio, pela melhoria na saúde, educação e encabeçam grupos de associações nas comunidades.

Segundo as lideranças de Salvaterra/Marajó, esse processo de reconhecimento das comunidades quilombolas envolveu o Centro de Defesa do Negro no Estado do Pará (CEDENPA), bem como a Fundação Cultural Palmares, professoras/es e pesquisadoras/es do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia- PNCSA. Estes foram agentes que contribuíram para que essas comunidades passassem a se reconhecer como comunidades quilombolas.

Com o fortalecimento da luta pelo reconhecimento das comunidades quilombolas em Salvaterra, as lideranças das comunidades se organizaram

legalmente, criaram as pequenas associações, que ganham peso jurídico para reivindicações dos direitos quilombolas na região, a começar pelo pedido de emissão das certidões para mapeamento e identificação dessas terras junto às entidades Fundação Cultural Palmares e Incra. Assim, por meio das associações, as moradoras e os moradores das comunidades buscaram parcerias com a Prefeitura Municipal de Salvaterra, Defensoria Pública da União, a fim de trazer reconhecimento, benefícios e melhorias para os territórios quilombolas.

Destacamos, também, a narrativa de dona Ivete da Conceição, liderança da comunidade quilombola de Paixão. A moradora relata que:

Eu como representante, como liderança vejo a comunidade como algo muito importante, digo mesmo, estou vendo que está tudo acabando aqui dentro da comunidade, eu já lutei muito, primeiramente nós não temos espaço aqui, a nossa luta é pelo nosso território, nós não temos, hoje nós estamos já há 14 anos nessa luta no Incra, para querer conseguir a nossa titulação do nosso quilombo, e não consegui ainda, aí é só gente entrando de fora, destruindo o que é nosso, acabando com o que é nosso, com os nosso matos que é de nós fazer nosso roçado para plantar nosso abacaxi, nossa mandioca que é nossa alimentação que é nossa fonte de renda é o abacaxi e a mandioca, que a gente faz a farinha pro nosso sustento e as vezes vender para comprar outra coisa que faltam dentro de casa e a gente tá vendo que está acabando, o povo de fora que tá acabando, e nós estamos aqui espremidos, não temos lugar nem para fazer casa mais (Ivete da Conceição, 2019).

No Marajó, as comunidades quilombolas enfrentam diferentes situações em seu cotidiano, mas a demanda principal é o território, sendo este o motivo de conflitos permanentes entre quilombolas e fazendeiros, os quais passam suas cercas dentro das propriedades coletivas, impedindo a população de usufruir do bem mais precioso que é a terra, os rios, lagos, igarapés, campos naturais, que se configuram como meios de subsistência desses povos e como territórios sagrados e ancestrais.

Essa situação nos permitiu lembrar de uma das reuniões de que participamos em junho de 2019, no prédio do Ministério Público Federal. Nessa reunião se faziam presentes lideranças quilombolas de vários municípios do Estado do Pará, que denunciavam o acirramento das tensões e conflitos por causa do território, que culminam com ameaças e penalizações às

comunidades quilombolas. Os ditos “donos das terras” cercam tudo, adentram às terras coletivas, impedindo a população de ter acesso aos recursos básicos para sua subsistência.

Marin (2009) reflete sobre o impedimento, a coerção, a restrição de deslocamentos e de gozo da liberdade nas comunidades quilombolas:

As cercas construídas pelos fazendeiros, cujo primeiro significado é de identificação e de relação com um “dono, proprietário”, privatizam os recursos (igarapés, lagos) e estabelecem impedimento, coerção, restrição de deslocamentos, de gozo da liberdade de movimentar-se livremente no território (MARIN, 2009, p. 2015).

A luta em defesa dos territórios e a busca por direitos une as moradoras e os moradores das comunidades quilombolas que se mobilizam junto às esferas públicas para denunciar as violências físicas e simbólicas vivenciadas nas terras tradicionalmente ocupadas. A luta também é pela conquista da titulação do quilombo, pela alimentação, por fonte de renda e inúmeras outras questões.

As falas de membros e representantes das comunidades assinalam que essa situação é recorrente, em que quilombolas sofrem ameaças e perseguições por homens armados. Esses atos abusivos estão relacionados à não regularização do território. Em Salvaterra, as terras sobrepostas são tomadas por fazendas e com o avanço da política elitista levada a cabo nacionalmente por Jair Bolsonaro entre 2018-2022, os conflitos só aumentaram.

Durante a pesquisa, o governo de Jair Bolsonaro foi fortemente criticado. Segundo Raimundo Hilário de Moraes (2019), “[...] esse governo dá garantia para que o fazendeiro possa ter suas armas dentro de casa [...]”. A narrativa realça o descontentamento das lideranças com o descaso referente à demarcação das terras quilombolas do Marajó, o que evidencia o processo de retirada de direitos do então governo. Como se sabe, esse governo, desde a campanha eleitoral, afirmou que tomaria medidas para que não houvesse a demarcação e identificação de terras para quilombolas e indígenas.

Essa política afetou a todos nós quilombolas, que lutamos para permanecermos nas terras que herdamos de nossos antepassados. Por isso, pensamos que o caminho é ser resistente e promover ações coletivas de luta para certificação e reconhecimento do território e, sobretudo, pelo

reconhecimento de nossas histórias e saberes. A busca é por romper com a perpetuação de um padrão de poder/saber centralizado na classificação das culturas e na hierarquia dos saberes (QUIJANO, 2005).

Como exemplo desta luta coletiva e persistente por titulação das terras quilombolas, citamos o caso da comunidade Paixão, vizinha da comunidade Vila União/Campina.

Em Paixão, observa-se que algumas famílias ficaram com pouco espaço para interação social. Possuem pouco espaço para se locomover livremente pelo território, pois o limite espacial impede as moradoras e os moradores da comunidade de cultivarem a terra, realizarem seus plantios, roçados, suas bases alimentares e fontes de renda. Além disso, o espaço para o brincar e para se divertir na comunidade ficou reduzido ao campo de futebol. Porém, este campo, embora seja um lugar em que as pessoas realizam sua coletividade, ficou dentro do cercado do fazendeiro, o que é um risco constante para a comunidade.

Com isso, as moradoras e os moradores na comunidade possuem um território limitado para a construção de casas. Apenas os mais antigos possuem um pedaço de terra. As novas gerações vão formando famílias e moram com os pais, por não terem onde construir suas casas. Percebe-se que um dos traços marcantes nessa comunidade é a luta pela dissolução dessa limitação territorial. Isso se perpetua há muitos anos, pois as cercas inibem os modos de sobrevivência na comunidade, já que a agricultura familiar está desaparecendo, devido à invasão do território. Os animais das fazendas, bois, vacas e búfalos, são criados soltos e invadem a comunidade, destruindo as plantações.

Sobre isso, trazemos as reflexões de Gomes (2017), que trata da radicalidade e insurgência como produto da luta contra-hegemônica e como prática de emancipação e reconhecimento dos saberes, gestos e culturas. Isto pressupõe, em linha direta, a necessidade de se fortalecer a luta pela quebra dessa limitação territorial e, assim, fazer com que as famílias das comunidades estejam livres para além das cercas que demarcam suas casas e possam viver livremente em seus quilombos.

Reiteramos que, no quilombo Vila União/Campina, há outros conflitos que se destacam nas vozes dos sujeitos, mas que não se desarticulam das lutas dos demais quilombos do Marajó. Com efeito, em Vila União/Campina já aconteceram muitas lutas em prol da conquista de terras, porém, hoje, a luta pelo fortalecimento identitário e resgate das tradições emerge como questão

central. Nesse sentido, trata-se de uma luta simbólica, que opera no plano da cultura e da educação, mas profundamente articulada pela luta material por melhores condições de vida, por dignidade e conquista de direitos.

Acerca do fortalecimento identitário e resgate das tradições nos territórios quilombolas de Salvaterra, incluindo o quilombo Vila União/Campina, trazemos as falas dos sujeitos da pesquisa:

Antes quando eu era jovem eu tinha uma felicidade enorme aqui na comunidade. Tinham as quadrilhas, as brincadeiras de boi, agora nós não temos aquela vontade, aquela alegria. Aqui tem o festejo de São Tomé, todo ano era uma alegria, hoje já não tem mais isso, está acabando, a nossa tradição, as nossas raízes estão ficando tudo por água abaixo, não tem mais as influências de antigamente, o mastro, era alegria, acabou, não tem mais isso (Ivete da Conceição, 2019).

Tudo está acabando, não tem mais as quadrilhas, os brinquedos, as brincadeiras de boi, os cordões de pássaro, os bichos: pacas, cotias. Tudo que a gente celebrava com os antigos, não existe mais (Juvano Reis, 2019).

[...] Desapareceram o lobisomem, as matintas pereiras, então isso aí vai desaparecendo a cada dia, a cada instante porque alguém vem chegando e querendo colocar a posição dele (George Waldo, 2019).

No Marajó, as comunidades quilombolas, além de lutarem contra as opressões dos fazendeiros, latifúndios, agronegócio e grandes empresas, também lutam em prol do fortalecimento identitário e resgate das tradições nos territórios. Segundo a narrativa da moradora Ivete da Conceição, na comunidade de Paixão os festejos, assim como as quadrilhas juninas, as brincadeiras de boi, as festas de santos e as danças populares são cada vez mais raras. O morador Juvano dos Santos Reis, da comunidade de Vila União/Campina, endossa que quase tudo que se celebrava com os antigos não existe mais. O morador George Waldo, também de Vila União/Campina, reitera que as tradições vão desaparecendo a cada dia.

Isso mostra que as correntes e amarras, que um dia escravizaram negros, reproduzem-se de outras maneiras nos tempos atuais. Muitos artefatos culturais dos quilombos estão desaparecendo. Nesse sentido, os povos e as comunidades tradicionais são atacados, em um momento de retirada dos



REVISTA
territórios

Territórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | e259035 [2023]

**Dossiê Práxis decoloniais como expressões
de resistência, luta e transformação**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259035>

direitos, já conquistados..

Em Vila União/Campina muitas tradições se perderam a partir da PA-154 e da entrada de outras pessoas provenientes de terras distantes, conforme já exposto anteriormente. No entanto, é preciso destacar que algumas tradições se preservam como o uso de ervas medicinais, práticas de rezas e benzimentos, participação em terreiros de umbanda (mesmo que de forma discreta) e práticas de trabalho associativistas, como os “convidados” e os “mutirões”.

Compreendemos que a preservação das tradições é uma forma de romper com um monopólio epistêmico, colonial, eurocêntrico de saber e ser. Grosfoguel (2009) trata da luta de libertação em prol de um mundo que confronte a modernidade, que elimine o racismo epistêmico oriundo da educação hegemônica. Por isso, julgamos relevante que, além da luta em prol do fortalecimento identitário e resgate das tradições nos territórios, seja necessário que esses saberes das tradições passadas possam ser direcionados para as escolas, na prática das professoras e dos professores e na vivência de alunas e alunos.

Na comunidade Vila União/Campina, a educação pela militância ocorre no dia a dia, no trabalho da roça, na contação de histórias, nas reuniões políticas das moradoras e dos moradores, nas práticas de cura e nas manifestações tradicionais ligadas à arte e à espiritualidade. Os sujeitos da pesquisa, em especial as mulheres, revelam que a luta política e em construção permanente por um quilombo efetivamente livre demanda o reconhecimento de pedagogias decoloniais ancoradas em processos educacionais inclusivos, interculturais e de afirmação étnicorracial.

DIÁLOGO (IN)CONCLUSIVO

Ao versar sobre a tradição oral e os processos educativos na comunidade quilombola Vila União/Campina em Salvaterra/Marajó, esse estudo parte do entendimento de que há um processo amplo de educação desencadeado pela transmissão de saberes e conhecimentos que fazem parte da história e das práticas culturais das populações quilombolas da Amazônia marajoara, conformando uma pedagogia decolonial.

Desse modo, foi possível desvelar os processos educativos proporcionados pela transmissão oral dos saberes tradicionais, que acontecem na medida em que os filhos dos quilombolas aprendem e realizam as tarefas



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | e259035 [2023]

**Dossiê *Práxis decoloniais como expressões
de resistência, luta e transformação***

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259035>

diárias, as atividades compostas pela agricultura, caça, pesca e, assim, fazem perpetuar a ancestralidade por meio dos conhecimentos que permanecem educando as e os quilombolas há várias gerações.

Mediante a isso, destacamos que as moradoras e os moradores desenvolveram maneiras para manter seus modos de vida, visto que apesar de todas as mudanças ocorridas ao longo dos anos, a população deste lugar ainda reproduz os saberes e conhecimentos tradicionais locais, os quais estão expressos neste espaço a partir do território, que é o meio de reprodução social da identidade do grupo.

Nas narrativas e conversas com as entrevistadas e os entrevistados, pudemos perceber a importância que a escola tem para a comunidade, uma vez que ela veio a partir da luta e reivindicação da comunidade Vila União/Campina, pois, antes de sua existência, as crianças precisavam se deslocar para a sede do município ou, em alguns casos, era necessário que mudassem do município, o que limitava em grande medida o direito à educação.

No interior das comunidades quilombolas é possível registrar um aprender significativo e essencial que afirma uma história que ainda não foi contada pela historiografia oficial, nacional ou até mesmo internacional, mas que contraria a lógica monocultural, branca e eurocêntrica, evidenciando o verdadeiro valor das coisas que são importantes para nós, quilombolas da Amazônia Marajoara.

REFERÊNCIAS

- ARIAS, Patricio Guerrero. **Corazonar. una antropología comprometida con la vida.** Miradas otras desde Abya-Yala para la decolonización del poder, del saber y del ser. Ediciones Abya-Yala: Quito-Ecuador, 2010.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas.** CLACSO, Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p. 24-32.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.
- GROSFOGUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmordenidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: CES, 2009.
- HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África.** 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010.
- MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Quilombolas na Ilha do Marajó: território e organização política. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias - construções identitárias e sociabilidades** São Paulo: Editora UNESP, 2009. v. 1, p. 209-227.
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O Lado Mais Escuro da Modernidade. Tradução: Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017.
- MOTA NETO, João Colares da. **Por uma Pedagogia Decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fols Borda.** Curitiba: CRV, 2016.
- OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes de. Educação, memória e histórias de vida: usos da história oral. **História Oral.** Recife, V. 8 nº 1, p. 91-106, jan/ju, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americanas.** Colección Sur-Sur, CLACSO, Ciudad Autonoma de Buenos Aires, 2005. p.107-129.
- SILVA, Daniela Barros Pontes; FLORENCIO, Saulo Pequeno Nogueira, PEDERIVA; Patrícia Lima Martins. **Educação na tradição oral de matriz africana: a constituição humana pela transmissão oral de saberes tradicionais – um estudo histórico-cultural.** 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

Submissão em 22 de junho de 2023.
Aceite em 20 de julho de 2023.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative
Commons Atribuição 4.0
Internacional. Texto da Licença:
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>